

CONDOMÍNIOS

Operação em Vicente Pires começa com previsão de retirada de 10 casas próximas a córregos, mas é suspensa após demolição de três imóveis, um galinheiro e um muro. Moradores resistiram

Fotos: Breno Fortes/CB



O TRATOR DO SIV-ÁGUA PASSOU SOBRE TRÊS RESIDÊNCIAS: APENAS UMA DELAS ESTAVA VAZIA PORQUE A OCUPANTE RECONHECEU QUE DEGRADAVA O MEIO AMBIENTE E CUMPRIU NOTIFICAÇÃO

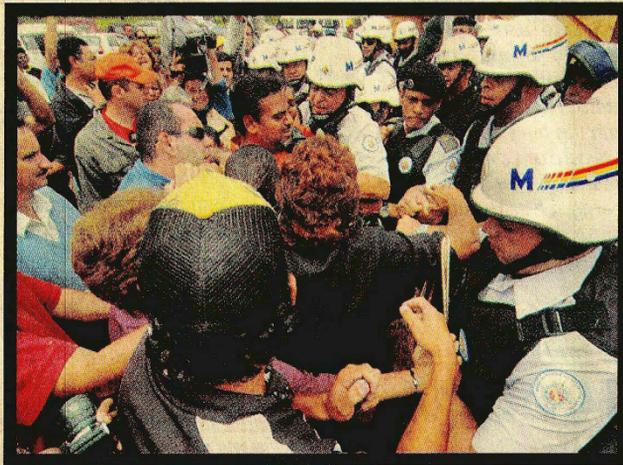
Derrubada com protesto

GIZELLA RODRIGUES

DA EQUIPE DO CORREIO

Com uma lata de tiner em uma mão e palitos de fósforo na outra, Dilma Barbosa, 38 anos, ameaçava atear fogo na casa se algum dos fiscais do Sistema Integrado de Vigilância, Preservação e Conservação de Mananciais (Siv-Água) se aproximasse. Ela fez ameaças, jogou tiner nos agentes e por pouco não foi presa por desacato a autoridade. O desespero da mulher foi motivado pela operação do Siv-Água no Setor Habitacional Vicente Pires, ontem. De manhã, a equipe derrubou três casas, um galinheiro e 3 mil metros de muro. O objetivo, porém, era demolir pelo menos 10 casas durante todo o dia. Mas nem mesmo o efetivo de 250 homens foi capaz de conter reações como a de Dilma e a ação foi suspensa à tarde. Os fiscais voltam hoje ao setor habitacional e prometem levar reforço.

A casa de Dilma, na chácara 3, tinha quatro cômodos e ficava às margens do Córrego Samambaia. Ela e o marido, Ezequias Rodrigues Ferreira, 28, moram no local há cinco anos. A construção, de acordo com o Siv-Água, aterrou parte do córrego e destruiu mata ciliar. A família foi notificada pelo Instituto de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) há quatro meses e deveria deixar o lugar em um mês. "Não estou pedindo para deixar a gente aqui. Mas arrumem um lugar para a gente morar. É direito do cidadão ter uma casa", pedia



HOUVE EMPURRA-EMPURRA ENTRE MORADORES E POLICIAIS NA CHÁCARA 2

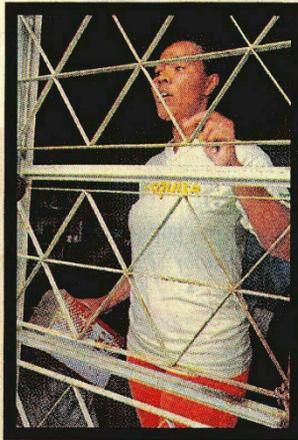
Ezequias. "Não tenho para onde ir. Vou erguer uma lona e passar a noite aqui", prometia Dilma. Ela ficou uma hora dentro da casa, na tentativa de impedir a derrubada, e só saiu depois de ser convida pelo marido.

As outras duas casas demolidas ontem também estavam a menos de 30m do Córrego Samambaia, em Área de Proteção Permanente (APP), onde é proibido erguer qualquer tipo de edificação. Um dos imóveis ficava na chácara 2 e o outro na chácara 7. Moradora da chácara 2, a dona-de-casa Lídia Vasconcelos, 25, foi a única que não reagiu à derrubada da casa dela, de três cômodos, e do galinheiro no fundo do lote. Uma semana depois de ser notificada, a mulher se mudou para um imóvel no mesmo terreno, mais acima do córre-

go. "O lote todo é da minha mãe e essa casa estava desocupada. Depois, vou construir ainda mais lá em cima para não correr risco. Tenho consciência de que estava degradando o meio ambiente", reconheceu.

Confronto

Assim que os fiscais do Siv-Água, policiais militares, bombeiros, garis, agentes do Departamento de Trânsito (Detran) e servidores da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) chegaram a Vicente Pires, às 9h, enfrentaram reação da comunidade. Cerca de 50 moradores isolaram a entrada do Residencial Coqueiro, na chácara 1 da Colônia Agrícola Samambaia, e impediram a passagem do trator. Os policiais, então, seguiram rapidamente para a chácara 2. O trator entrou, mas os



COM FÓSFOROS E LATA DE TÍNER, DILMA AMEAÇOU INCENDIAR O LOTE

moradores ficaram na porta do condomínio e trocaram empurrões com a polícia. Em seguida, os manifestantes arrebentaram uma porta de madeira e entraram na chácara. Os PMs fizeram um cordão de isolamento e a casa, enfim, foi derrubada.

A jornalista Ana Maria Soares, 49, chorava em frente ao cordão de isolamento. "Pelo amor de Deus, parem com isso. Você sabem o preço de uma moradia. Se passarem por cima dessa casa, vão ter que passar por cima de mim", protestava. Detalhe: ela não mora no setor habitacional. "Moro no Grande Colorado, mas tenho medo que as derrubadas cheguem até a minha casa", argumentou. A presidente da União dos Condomínios Horizontais e Moradores do DF (Única), Júnia Bittencourt, também acompa-

nhou, aos prantos, a operação e se disse preocupada com os outros parcelamentos do DF. "Essa é a maior brutalidade que já vi. Todos os moradores de condomínios estão sujeitos a essas derrubadas. O que não falta são casas em bordas de chapadas ou em beiras de nascentes no DF", disse.

Sucesso

O gerente de Operações do Siv-Água, Rafael Moraes, não confirmou se o trabalho foi suspenso por causa da reação dos moradores. Informações extra-oficiais dão conta que a operação parou porque uma das seis casas que seriam derrubadas à tarde é de um oficial da PM e ele ameaçava atirar em quem entrasse no lote. Na lista das obras irregulares há duas casas de policiais militares. Mas, apesar das resistências, Rafael Moraes considerou a operação "um sucesso" e informou que o trabalho será retomado hoje. Até o fim da semana, 12 casas serão demolidas — até 15 de dezembro, esse número deve subir para 94.

"Só estamos cumprindo determinações do Ibama. As demolições estão previstas no Termo de Ajustamento de Conduta (leia Memória)", justificou o secretário de Comunicação do GDF, Marcus Vinícius Bucar. Segundo ele, o governo deve procurar o Ibama e o Ministério Público Federal (MPF) semana que vem para retomar as negociações sobre o embargo feito às obras do sistema de abastecimento do setor habitacional. Para que a obra seja concluída, Ibama e MPF exigem a remoção das obras em APPs.

MEMÓRIA

Março de 2005

Estudos da Caesb apontaram que o lençol freático do Setor Habitacional Vicente Pires estava contaminado por coliformes fecais.

Setembro de 2005

Preocupado com a saúde dos 45 mil moradores da região, o GDF firmou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ibama, na presença do Ministério Público Federal. O TAC permitiu a liberação das licenças ambientais para a instalação da rede de água. Mas determinou a demolição, em 12 meses, de todas as edificações em áreas de Proteção Permanente (APPs) no setor habitacional.

27 de abril de 2006

O Siv-Água concluiu a demarcação das edificações que estavam em APPs e o levantamento de todas as construções que deveriam ser demolidas. Na época, eram 549, sendo 384 casas em diferentes estágios de construção.

18 de julho de 2006

O Ibama começou a expedir as notificações para os moradores abandonarem, em 30 dias, as residências.

20 de julho de 2006

A procuradora da República no DF, Ana Paula Mantovani, recomendou ao Ibama a reavaliação da licença ambiental concedida para o início das obras do sistema de abastecimento. Segundo ela, o GDF não havia cumprido o TAC.

24 de julho de 2006

O Ibama deu prazo de cinco dias para o GDF apresentar novo cronograma de derrubadas. Caso contrário, suspenderia a licença para a instalação da rede de água. Até então, apenas 12 edificações haviam sido derrubadas.

25 de julho de 2006

O Siv-Água pediu mais tempo para efetuar as derrubadas. O órgão reconheceu que não poderia cumprir o TAC até setembro e pediu extensão do prazo até abril.

De 26 de julho a 20 de setembro de 2006

Sem ter recebido resposta do Ibama ou do MPF, o GDF elaborou novo cronograma e anunciou a retomada das demolições. As operações continuaram a ser feitas, mas em ritmo lento. Pouco mais de 10 edificações foram demolidas nesse período.

22 de setembro de 2006

No dia em que o TAC venceu, o Ibama anunciou que embargaria as obras da rede de água. Três dias depois, o órgão mandou a Caesb suspender a construção, que está parada desde então.